

FORMAS DE FAZER JORNAL: HISTÓRIA DAS PRÁTICAS E PROCESSOS JORNALÍSTICOS

*Marialva Carlos Barbosa**

RESUMO

Privilegiando o olhar sobre algumas práticas e processos jornalísticos da imprensa brasileira nos séculos XIX e XX, o texto procura refletir sobre a historicidade do jornalismo à luz de transformações e permanências nas formas de fazer jornal. Inicialmente, aborda momentos privilegiados dessa imprensa no século XIX, para abrir o olhar interpretativo à instauração definitiva dos jornais na cena pública brasileira no século XX.

Palavras-chave: Imprensa brasileira – Transformações e permanências – Séculos XIX e XX.

THE WAYS OF MAKING A NEWSPAPER: HISTORY OF JOURNALISTIC PRACTICES AND PROCEDURES

ABSTRACT

Focusing on particular journalistic practices and processes taking place in the Brazilian press during the 19th and 20th centuries, the text reflects over the historicity of journalism taking into account the transformations as well as the continuities in the ways of making a newspaper. First, it broaches privileged moments of the 19th century press and then opens an interpretative discussion about the definitive instauration of papers in the Brazilian public scene of the 20th century.

Keywords: Brazilian press – Transformations and continuities – 19th and 20th centuries.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e professora titular aposentada da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História, com pós-doutorado em Comunicação pelo CNRS/Laios (Paris, França). Pesquisadora do CNPq e da Faperj. Diretora científica da Intercom e presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar).

MANERAS DE HACER UN PERIÓDICO: HISTORIA DE LAS PRÁCTICAS Y PROCEDIMIENTOS PERIODÍSTICOS

RESUMEN

Privilegiando la mirada sobre algunas de las prácticas periodísticas y procedimientos de la prensa brasileña en los siglos XIX y XX, el artículo busca reflexionar sobre la historicidad del periodismo a la luz de los cambios y continuidades en las formas de hacer un periódico. Inicialmente aborda momentos privilegiados de esa prensa del siglo XIX, para abrirse la mirada interpretativa a la instauración definitiva de los periódicos en el escenario público brasileño en el siglo XX.

Palabras-clave: Prensa brasileña – Cambios y continuidades – Siglos XIX y XX.

Começamos esta história com uma radical mutação de ordem tecnológica. A vinda da família real, em 1808, trazendo na bagagem tipos e prelos, possibilitando a impressão das primeiras páginas sob a forma jornal na então Colônia do Reino de Portugal e Algarves, vai introduzir, gradualmente, no cotidiano dos habitantes um novo sistema de comunicação.

A impressão, sob as ordens do Reino, da *Gazeta do Rio de Janeiro*, a partir de setembro de 1808, acrescenta às práticas informacionais que “corriam léguas” e, sempre, de “boca em boca”, uma nova maneira de as informações circularem na cidade na qual a Corte se estabeleceria: letras impressas sob a forma jornal.

Claro que a circulação do novo periódico não altera substancialmente as práticas e processos comunicacionais. Havia uma ordem principal de circulação das informações pelos modos orais e não havia ainda uma mentalidade abstrata, na cidade, que pudesse atribuir valor de troca a letras impressas que, assim, se transformavam em mercadorias.

Olhando detidamente as páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em todo o período de sua circulação, podemos ver inicialmente o pequeno público leitor da publicação concentrado entre os que fazem parte da Corte portuguesa e que já possuem essa mentalidade abstrata; e, gradualmente, a ampliação da circulação do jornal, ainda que, inicialmente, em torno do centro do Rio de Janeiro. Observam-se também os processos de produção jornalística naqueles primeiros tempos, em que o redator responsável pela publicação, de maneira individual, recolhe informações que “corriam léguas”, “andavam de boca em boca”, ou estavam “debaixo dos seus olhos”. As notícias publicadas em jornais europeus, dando conta, sobretudo, de um mundo que faz da política

a mescla da vida cotidiana, eram retraduzidas em tramas textuais próprias e republicadas novamente naquele periódico.

O circuito de comunicação desse primeiro jornal impresso em terras brasileiras começava com a transformação de algo que foi dito ou foi lido e que deveria merecer publicação. Alguém falou, alguém escreveu, alguém publicou. Aqui o redator da publicação escutaria, lia, sintetizaria, escreveria e reimprimiria. Havia um múltiplo jogo interpretativo em todas as notícias publicadas. Cartas, jornais, boatos, conversas eram fontes de informação que se transformavam em notícias nas páginas da *Gazeta*. Havia também seleção e hierarquização: primeiro as notícias de terras distantes, depois as informações do Rio de Janeiro e, fechando a publicação, o diálogo do periódico com o leitor, convidando-o a ler impressos que também estavam sendo feitos nas oficinas do periódico ou informando-o sobre a publicação das gazetas extraordinárias¹.

A proliferação dos periódicos seria lenta e dar-se-ia com maior intensidade com o término da censura, após a Revolução do Porto. Mas antes mesmo que os ventos da relativa liberdade de imprensa significassem a proliferação de impressos nas diversas províncias da Corte, um novo periódico saía dos prelos brasileiros: *Idade d'Ouro do Brasil*, publicado em Salvador, a partir de 14 de maio de 1811. Até 1820, foi o único jornal publicado naquela cidade².

Mais do que descrever cronologicamente o surgimento e o desaparecimento de jornais nos primeiros anos do século XIX ou nos referir a fases predeterminadas desse jornalismo, enfeixando-o sob rótulos específicos, interessa-nos refletir sobre os processos e práticas jornalísticos existentes ao longo do século XIX, num primeiro momento, e focar algumas questões que têm dominado as reflexões em torno da historicidade do jornalismo no século XX.

A IMPRENSA SE ALASTRA

Se os anos 1800 representam uma espécie de gênese do jornalismo impresso no Brasil, a década de 1820 significa a proliferação de jornais por inúmeras províncias, como resultado direto dos ventos da relativa liberdade de imprensa após 1821. Durante a década, circulavam em todo o País 53 jornais, número que aumentará de forma considerável no período regencial³. Tendo

¹ Para uma análise mais detalhada do circuito da comunicação existente na cidade do Rio de Janeiro quando da publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822) e para informações também mais completas sobre a publicação cf. Barbosa (2010).

² Sobre *Idade d'Ouro no Brasil* cf. SILVA, M. B. N. da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1978 (2. ed. Salvador: UFBA, 2005).

³ Morel (2003) destaca o expressivo crescimento dos periódicos a partir de 1831. De 1831 a 1833, só na cidade do Rio de Janeiro, editam-se mais de 70 jornais. Mostram ainda que neste momento proliferam também escritos não periódicos, como folhas volantes, cartazes e outros manuscritos e impressos, havendo o que se denomina “explosão da palavra pública”.

a efemeridade como marca mais importante, há que se considerar também que é nesse momento que surgem alguns dos mais perenes jornais brasileiros: *Jornal do Commercio* (1827), *Aurora Fluminense* (1827-1839) e *Diário de Pernambuco* (1825), sendo que o primeiro e o último ainda hoje estão em circulação.

Em São Paulo, circula de, agosto a outubro de 1823, um periódico manuscrito, “limitado a quarenta assinantes”, denominado *O Paulista*. Era copiado em folhas de papel, a bico de pena e distribuído a grupos de até cinco assinantes, que se revezavam na sua leitura. Quando mais de cinco assinaturas eram necessárias, um novo número do jornal era então copiado. O primeiro jornal impresso em São Paulo só apareceria quatro anos depois: o *Farol Paulistano* (1827-1833).

Também pelas diversas províncias – Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e até na longínqua Goiás – proliferam folhas impressas. Algumas já existiam sob a forma manuscrita, e quando os tipos e prelos chegam passam a se vestir com a nova roupagem.

Essas duas informações nos levam a refletir sobre os processos de produção da imprensa no Brasil, nos idos de 1820/1830, indicando a existência de jornais antes da impressão, ou seja, a circulação de folhas sob o formato manuscrito, limitadas a poucas cópias, mas de presença expressiva em várias províncias do País. *O Conciliador do Maranhão*, por exemplo, só no seu número 35 saíria sob a forma de impresso, tendo tirado antes 34 números sob a forma de manuscrito.

Paralelamente, na Corte, jornais, efêmeros ou duradouros, ocupam definitivamente a cena pública, passando a ser atores privilegiados nas disputas e lutas políticas e verbais. Os jornais começam a ser peças fundamentais nas ruas, sendo objeto de comentários, polêmicas, discussões, disputas. É o que alguns autores chamam de o “teatro do jornalismo” (LIMA, 2006), “imprensa insidiosa” (LUSTOSA, 2000) ou, ainda, “imprensa exaltada”, produzindo uma verdadeira “guerra dos jornalistas” (LIMA, 2008).

Assim, nas décadas de 1820-1830, observa-se em relação aos processos jornalísticos um triplo movimento: a ocupação da cena pública pelos jornais, que se tornam, gradualmente, amplificadores dos debates políticos na capital de um país recém-independente; a proliferação de periódicos por diversas províncias, ampliando as temáticas do Império para além das fronteiras da capital; e a existência de jornais manuscritos, mesmo após a implantação dos processos de impressão em várias das capitais das províncias.

Ainda que esses veículos se constituam, sobretudo na capital do Império, atores centrais das disputas políticas, indicando que se transformavam em lugar privilegiado para as discussões que circulavam pelas ruas, nas províncias essa imprensa tem outro papel. Claro que o conteúdo dominante dessas pequenas

publicações, normalmente editadas em quatro páginas, nas quais as letras se distribuem por duas colunas, separadas por um fino traço, são as transcrições dos debates das casas parlamentares e da política que tornava a vida mais efervescente na Corte. Mas até que ponto a política não era por aqueles dias o que formava o cotidiano do público leitor dessas publicações?

O que levaria alguém a criar um jornal na longínqua província de Goiás nos idos de 1830? Quem eram, afinal, os leitores de *O Catharinense*, cujo primeiro número circulou, em 28 de julho de 1831? Por que há o aparecimento de tantos “compiladores” e “recompiladores”, como o mineiro ou o sergipano?

O texto de apresentação do periódico *Matutina Meyapontense*, cujo primeiro número circulou na província de Goiás em 5 de março de 1830, é elucidativo do valor simbólico que era atribuído à imprensa, único meio de “espalhar as luzes entre os povos”. Sob o título “Prospecto”, o jornal define a vinculação da imprensa com a liberdade. E só com liberdade podia haver atuação da justiça, respeito às autoridades e obediência à lei.

Um povo instruído, vendo a necessidade da Nação, abraça e sofre, sem murmurar, os impostos; considera o Governo, como o seu maior bem, e aborrece o homem sedicioso e turbulento, como o maior inimigo da Sociedade: não entra pois em dúvida que a instrução seja a melhor e maior garantia dos governos constitucionais. (*Matutina Meyapontense*, 5 mar. 1830, p. 1).

Deixando claro seu vínculo constitucional com o Estado, fazendo da Constituição e da fidelidade ao Imperador pedra de toque de seu discurso, o redator reconhece as suas limitações e do próprio periódico, em função das dificuldades de comunicação na longínqua província de Goiás.

Talvez pareça mais que audácia pretender eu oferecer aos meus patrícios goianos, um periódico, em um arraial, se bem que o mais populoso da Província, falta todavia de comunicações, por estar situado fora da Estrada geral e distante de Goiás 26 léguas, para onde unicamente tem um Correio mensal: talvez haja mesmo quem diga, que a empresa é superior as minhas forças e que não calculei a tarefa que me impus; eu concordo com todos e é mesmo porque reconheço a pobreza dos meus talentos, que nenhum outro nome me pareceu tão análogo a este periódico, como o de Matutina; cuja luz muito pouco clareia, mas como não se lhe pode negar ser a precursora do dia, creio que assim mesmo irei dissipando as trevas, até que espíritos iluminados queiram espalhar suas luzes. Possuído de um verdadeiro patriotismo só tendo em vista o bem ser da Nação, e socorrido pelas sábias doutrinas da Aurora, Astro, Pharol, outros mais periódicos verdadeiramente amigos do IMPERADOR, e do Brasil espero satisfazer o que tenho empreendido. (*Matutina Meyapontense*, 5 mar. 1830, p. 1).

Destacando a dificuldade de imprimir um periódico no Centro-Oeste no século XIX, em razão da falta de comunicação, por estar situado fora dos grandes centros, por não haver correio para a cidade, entre outras limitações, o redator se coloca no dever de fazer circular o impresso como forma de iluminar aqueles que necessitam de luzes. O argumento de modernização calcado no iluminismo é apresentado como razão principal para a edição e o jornalismo é apontado como possibilidade de iluminar os espíritos. Mas, além disso, coloca-se ao lado de outros periódicos (“Aurora, Astro e Pharol”) que defendem os direitos constitucionais representados pelo Imperador. Tal qual os jornais que trazem no título a ideia de luz, também ele, o *Matutina*, tem a capacidade intrínseca de esclarecer, retirando os espíritos da treva para a luz.

Esses periódicos que surgem, quase que simultaneamente, nas diversas províncias formam pela materialidade e pela textualidade uma espécie de obra conjunta. Não é apenas a mesma tipologia de jornalismo que emerge daquelas páginas, mostrando o valor dado à informação, ao lado da necessidade de expressar opinião, direcionando, sob certo aspecto, as leituras e as interpretações do público. São materialidades que se complementam, advindas de tecnologias similares, mas também de formas comuns de visualizar os modos de comunicação no limiar de uma época que forma gradativamente seu espaço territorial e político como esfera pública⁴.

Se nas províncias proliferam esses pequenos periódicos formando uma rede de textos, difundindo a visão da imprensa como imprescindível para o esclarecimento da população – tirando-a das trevas para as luzes – e apre-goando a importância da liberdade, que só seria plena via difusão de ideias sob a forma de impressos (ainda que fosse uma liberdade, na maioria das vezes, calcada na defesa dos preceitos constitucionais e do Imperador), na capital, além dos pequenos pasquins, surge também uma imprensa que se torna perene.

Assim, há que se ultrapassar a generalização frequente na historiografia brasileira, que rotula toda a imprensa do século XIX como atrasada, à mercê de permanente censura e que faz das tramas do oficialismo o destaque das publicações. Como destaca Morel (2003), a modernização da imprensa não é prerrogativa do século XX, e ao longo de todo o século XIX muitos jornais buscaram maneiras de se modernizar. Mudanças nos modos redacionais e de impressão, inclusão de elementos visuais em suas páginas, transformação nos formatos, impondo ao longo dos anos 1800 o formato jornal, são alguns dos índices de transformação desses periódicos ainda no século XIX.

⁴ Para maior aprofundamento sobre o tema, cf. Barbosa (2010).

Talvez o exemplo mais significativo seja o do *Jornal do Commercio*, que, querendo se colocar ao largo das polêmicas que dominavam a cena jornalística na capital do Império, em 1830, enfatizava seu caráter informativo, comercial e mercantil. Mudando, inclusive, o título para *Diário Mercantil* ou *Novo Jornal do Commercio*, explicita sua pretensão de dar informações sobre um mundo visto prioritariamente sob a ótica comercial, procurando afastar-se das polêmicas com outros periódicos.

Esse vínculo do conteúdo do *Jornal do Commercio* com temáticas que dizem respeito ao dia-a-dia de seus leitores, algumas com claro viés utilitário, é visível desde os primeiros tempos. A própria divisão do texto, já em 1828 – ao se intitular como *Folha Commercial e Política* –, indica a pluralidade dos temas que figuram em suas páginas. Mas mostra também a importância dada à parte comercial, em detrimento dos assuntos mais palpitantes de então, as polêmicas políticas, que vez por outra também figuravam no jornal.

Assim, enfatizam junto a seu público certa isenção com relação às polêmicas, destacando que não mais receberiam “correspondência alguma a quem quer que seja ofensiva em muito, ou em pouco, e ainda menos a uma Nação Inteira por tantos títulos respeitável” (*Jornal do Commercio*, 11 ago. 1830, p. 1).

Ainda que, pela natureza da vida cotidiana nos idos de 1830, fosse quase impossível não inserir nas páginas da publicação os temas políticos, já que estes eram o acontecimento de maior relevância e de interesse do público, o periódico multiplica fórmulas para atender à demanda mais imediata de seus leitores por informações que se referem a seu mundo cotidiano. Na década de 1830, por exemplo, incluem, logo abaixo do título do jornal, informações sobre as fases da lua, sobre as temperaturas do dia anterior e sobre as marés do dia da publicação do jornal. Essas são editadas ao lado das informações sobre as partidas dos correios (*Jornal do Commercio*, 10 abr. 1833, p. 1).

A experiência viva do tempo no século XIX aponta para maior lentidão dos movimentos. A aceleração, como marca da modernidade, fazendo da velocidade espécie de emblema, só emerge na cena cotidiana plenamente na passagem do Império para a República.

Se considerarmos que o tempo narrado é sempre afetado pela forma como a narração se estende por cenas em forma de quadros, podemos observar uma espécie de lentidão maior do tempo do século XIX – se comparado com as nossas narrativas do século XXI – nos textos escritos por aqueles narradores.

O tempo da notícia não é governado pela lógica do imediato e da substituição contínua e continuada, mas por permanências que existem nas formas e maneiras de contar e naquilo que é contado. Não será por isso que as íntegras das sessões parlamentares, das sessões da Câmara e do Senado

e os decretos governamentais se sucedem em profusão nessas publicações, indicando uma temporalidade mais ralentada, na qual as informações podem e devem ser completadas paulatinamente? Era como se uma informação fosse complementada pela seguinte, que reproduzia a mesma fórmula narrativa e ações de personagens semelhantes.

A mesma fórmula se repete na rubrica “Telegramas”, quando, a partir da introdução do telégrafo, passam a publicar, já na década de 1870, no dia seguinte ao próprio acontecimento, as notícias vindas da Europa. No primeiro dia editam pequenas notas com informações rápidas de lugares distantes. No dia seguinte, a mesma fórmula textual indica uma espécie de continuação para uma atualidade paulatina, gradual e mais lenta do mundo.

Há que se acrescentar ainda que a introdução da nova tecnologia, que permite certa compressão do tempo, não significa a substituição total das notícias recebidas pelas fontes tradicionais. Dos navios que aportam na Corte continuam recebendo os periódicos de onde reproduzem as informações e, sobretudo, as notícias que ainda “corriam léguas”. Um modo novo de comunicação não significa a extinção de um modo mais antigo.

Também nas notícias as mais cotidianas – aquelas que reproduzem os crimes, assaltos, enfim, as ações invertendo a ordem construída como sendo a natural das coisas – essa sensação de repetição se acentua. Os crimes e ações extraordinárias não mostrariam a continuidade de narrativas que figuram o mundo como imaginação, tal como acontece com os fatos relatados pelas velhas histórias orais que descrevem cenas dantescas e improváveis envoltas em atos muitas vezes incompreensíveis?

No final dos anos 1870, o *Jornal do Commercio* passa a ser na cidade sinônimo de jornal. Ninguém precisa falar o nome inteiro do periódico para saber que se trata de uma alusão ao velho órgão. Ao dizerem, simplesmente, *Jornal*, todos sabem que a referência é ao periódico fundado no final dos anos 1820.

Se inicialmente o seu público é composto prioritariamente pelos parques comerciantes e negociantes, alargado com as transformações ocorridas na cidade com a Independência, no final de 1870 os seus leitores se ampliam consideravelmente. Jornal dos grandes negociantes, dos militares de alta patente, dos banqueiros, dos grandes fazendeiros, enfim, da elite econômica, passa a incluir também entre o seu público os pequenos comerciantes e os funcionários do Estado.

A REPÚBLICA LENTAMENTE ENTRA EM CENA

Historicizar o jornalismo brasileiro é também se referir às relações da imprensa e do poder: aos múltiplos jogos de cena de aproximação e distanciamento com as esferas do poder e às construções memoráveis que trans-

formam os periódicos em espécies de emblemas identitários de um tempo longínquo e que chega até nós sempre sob a forma de rastros duradouros.

Na historiografia do jornalismo brasileiro, quando a temática é a instauração gradual da República, processo que se dá a partir de 1870, com a criação do Partido Republicano, as disputas verbais entre os que apoiavam a entrada do País no novo regime e os que eram monarquistas dominam as interpretações em torno dos jornais. A questão do abolicionismo, que figura como discussão prioritária naquele momento, também ocupa essas interpretações.

Entretanto, como a história do jornalismo (ou melhor, dos sistemas de comunicação) que postulamos não privilegia o conteúdo do que é veiculado pelos jornais/revistas, mas os processos comunicacionais existentes, o que propomos como interpretação para este momento é de outra natureza.

Há muito a imprensa, sobretudo na capital do Império que findava, deixara de ser responsabilidade de um único redator que, a partir de outros impressos ou de informações que lhe caíam diante dos olhos, escrevia nos periódicos. Nas redações, pelos idos de 1870, multiplicam-se os responsáveis pelos textos das publicações. Mesmo em pequenos periódicos, como a *Revista Ilustrada* (1876-1888), que marcou época pela visualidade que construiu, uma verdadeira chusma de repórteres recolhia, usando os mais diversos expedientes, informações e imagens para serem recompiladas pelo traço de Angelo Agostini.

Portanto, antes mesmo da entrada em cena da República, os processos midiáticos, sobretudo nas maiores cidades, já apresentam outra lógica de produção. Ainda que o redator seja peça-chave e fundamental para a produção do conteúdo das publicações, estas incluem, cada vez mais, cenas da vida cotidiana.

A proliferação das letras impressas pelas cidades, nos muros, letreiros e mesmo nos homens-sanduíche, que carregam junto ao corpo cartazes de um mundo que se descobre pelas tecnologias da visão, faz dos impressos cada vez mais “coisa” visual. As letras impressas milimetricamente iguais dispostas sobre as páginas das publicações, que podem ficar à mostra nos quiosques onde a mercadoria-jornal era vendida ou na entrada dos prédios onde funcionavam as empresas jornalísticas, são antes de tudo consumidas como imagens que contêm nelas mesmas histórias.

Alguns desses impressos passaram à história pela importância política que construíram no passado em direção ao futuro. Outros, pelas campanhas que empreenderam em favor de causas políticas e econômicas desse mundo em crise. Nesse sentido, construíram, no futuro, a importância que muitas vezes não tiveram no passado: nem editorial, nem em termos de difusão junto a um público que se alastrava de maneira vertiginosa.

Esse é o caso dos chamados jornais abolicionistas: folhas de variados formatos, poucas páginas, poucos recursos tecnológicos, e que tiravam de 200 a 500 exemplares. No futuro, entretanto, foram aquinhoados com o título de libertários, defensores dos escravos, ainda que não fosse evidente em suas páginas essa luta em favor dos cativos que dominavam as cenas da cidade, explicitando a falta de liberdade. Como lucidamente indica Marco Morel (2003), as relações entre imprensa e escravidão são bem mais complexas, e os periódicos, sejam os que representavam um discurso mais conservador, sejam os que se autodefiniam como libertários, espelham as ideias predominantes daquele período.

Com essas afirmações não estamos negando a existência de uma imprensa que, sobretudo após a exacerbação da crise do escravismo, cunha discursos múltiplos em defesa de uma nova ordem para o trabalho. As campanhas empreendidas também por intermédio dos periódicos por Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva e, sobretudo, José do Patrocínio não deixam dúvidas da existência dessa imprensa que hoje é chamada de abolicionista. O que estamos enfatizando é a complexidade do papel da imprensa nesse momento, no qual as fronteiras são mais fluidas do que aparentemente parecem e no qual há mais misturas do que separações: misturas de interesse, misturas dos conteúdos das publicações, misturas do mundo escravo ante o mundo letrado.

Inserir na discussão a relação leitor-mundo da leitura, no qual os jornais estavam invariavelmente presentes, é mostrar não apenas o discurso que esta imprensa construiu em torno da questão da escravidão, mas perceber as marcas que os escravos deixaram nas publicações: sejam nas representações que mostravam seus gritos, suas faces sempre encobertas, suas marcas e feridas eufemicamente referidas. Ainda que não seja possível trazer essa discussão para este texto, é preciso se referir aos jornais do mundo da escravidão como lugar em que atores degradados e feridos pelo cruel sistema escravista deixaram suas marcas⁵.

Vale a pena também a referência, ainda que breve, aos processos de produção das revistas ilustradas, notadamente a mais famosa editada até então, a *Revista Ilustrada*. A ideia apriorística sobre a publicação indica que Angelo Agostini era, sozinho, responsável pela transformação do texto em desenhos que, sob a forma de tiras, contavam múltiplas histórias. Mas os processos de produção eram mais complexos: auxiliavam Agostini na tarefa de “caçar” informações, repórteres “ágeis e ladinos”, como ele mesmo qualificava, que usavam de múltiplos expedientes para colher informações privilegiadas e inéditas.

⁵ Sobre a relação entre escravos e jornais, cf. Barbosa (2010).

Nas representações que na revista figuram o trabalho dos hábeis repórteres, estes estão em todos os lugares e por toda a parte: olhando sorrateiramente por detrás das janelas; descendo camuflados pelas chaminés das casas; correndo pelas ruas em busca do último instantâneo que tirariam com suas máquinas fotográficas e que, de volta à redação, colocariam diante de Agostini, que transformaria a fotografia em ilustração.

Permite que me apresente perante vós, respeitável e ilustradíssimo público (estilo de quem precisa de assinantes). Estou encarregado pela 'REVISTA' de ilustrar as suas páginas. Chamam-me Dom Beltrano, minha família é bem conhecida. Sou filho de Dom Fulano e irmão gêmeo de Dom Cicrano. Estes mariolas são meus repórteres, meninos um tanto malcriados mas muito ladinos. Feita esta apresentação, tenho a pedir ao bom público, antes de começar a minha tarefa, que releve qualquer graça que achar sem graça e que não fique mal comigo quando eu for por demais engraçado. No mais tenho a honra de [...] os cumprimentar. (Safá! Que tirada!) (*Revista Illustrada*, n. 1, 1º jan. 1876).

Dom Beltrano, uma espécie de *alter ego*, era a maneira como Agostini se apresentava. No desenho que complementava a apresentação do responsável pela publicação (e seus desenhos), Dom Beltrano está na janela do prédio da revista dando ordens aos repórteres: “Vão, corram, observem bem o que se passa por aí e voltem a dar-me notícias de tudo quanto viram. O público fluminense é muito curioso e quer novidades mesmo quando não as há”.

Na cena estão representadas muitas das idealizações da imprensa nos anos 1880 e os anseios do público: enquanto para colher as novidades não havia limites impostos às atividades, sobretudo dos repórteres, o leitor queria a cada dia notícias novas, bombásticas, saber o que se passava no mundo e ao seu redor de maneira compulsória e compulsiva. O público era de fato “muito curioso” e queria novidades mesmo quando não havia.

Ao reproduzir a cena, a *Revista Illustrada* não só representa a imagem que o público possui da imprensa, como também se insere no mesmo jogo de transformação dos fatos em notícias, de maneira rápida e veloz, usando para isso de múltiplos expedientes realizados pelos repórteres. Constrói, portanto, uma imagem de eficiência diante do que o público deseja e de qual deve ser o papel da imprensa. Mostra também, de maneira sorrateira, as práticas do mundo do jornalismo por aqueles dias em que o trabalho nas redações começa a se subdividir por vários personagens, incluindo aqueles que devem ir para as ruas caçar novas e bombásticas informações.

FÁBRICAS DE NOTÍCIAS

As práticas e os processos jornalísticos em torno da proliferação de funções profissionais nas redações se ampliariam drasticamente a partir dos anos 1890, ainda que limitados aos mais importantes periódicos em termos de difusão. Os jornais passarão a se constituir como verdadeiras fábricas de notícias, tal o nível de estruturação administrativa, política e econômica que conseguiram atingir. Trataremos, ainda que brevemente, desse processo de complexificação dessas empresas que se transformam em verdadeiras “fábricas de notícias”⁶.

O telégrafo, que aqui chegou em 1874, tornou o mundo mais próximo. Graças à sua implantação nos periódicos mais importantes era possível noticiar fatos do mundo ocorridos ontem e transportar até províncias longínquas notícias do fim do “século das luzes”. O cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguerreótipos, a linotipo, as impressoras Marinonis são outras tecnologias que invadem a cena urbana e o imaginário social na virada do século XIX para o XX, introduzindo amplas transformações no cenário urbano e nos periódicos.

Os jornais mais importantes implantam novos artefatos tecnológicos que mudam a maneira como são produzidos: máquinas linotipos capazes de substituir o trabalho de até 12 homens nas antigas composições manuais; máquinas de imprimir capazes de “vomitar” de 10 a 20 mil exemplares por hora; máquinas de fotografar capazes de reproduzir em imagens o que antes apenas podia ser descrito; métodos fotoquímicos que permitem a publicação de clichês em cores. Os periódicos transformam gradativamente seus modos de produção, e aqueles que querem consolidar sua força junto ao público e, conseqüentemente, sua ingerência política, implantam os novos artefatos tecnológicos, permitindo maior tiragem, maior qualidade e rapidez na impressão daquelas folhas. Rapidez passa ser uma espécie de palavra de ordem.

Cinco jornais são os protagonistas mais evidentes desse processo de modernização da imprensa brasileira na passagem do Império para a República: *Gazeta de Notícias*, criada em 1875; *O Paiz*, cujo primeiro número circulou em 1º de outubro de 1884; *Jornal do Brasil*, fundado por Rodolfo Dantas, ministro de Educação do Império, em 9 de abril de 1891; *Correio da Manhã*, que começa a circular em 15 de junho de 1901; e o velho *Jornal do Commercio*, fundado em 1827.

A drástica transformação do jornalismo incluiu, do ponto de vista da impressão, inovações técnicas que permitiram a reprodução de ilustrações e fotos e maior rapidez no processo de produção. Do ponto de vista editorial,

⁶ Para o detalhamento desses processos, cf. Barbosa (2007) e Barbosa (2010).

mudaram o teor das notícias publicadas e a forma como eram distribuídas nas páginas. A valorização do caráter imparcial do periódico levou à criação de colunas fixas para a informação e para a opinião, ao mesmo tempo em que se privilegiava a edição de notícias informativas.

Para conquistar mais leitores, um tipo de notícia passou a ter primazia: a de natureza policial. Com o mesmo objetivo assiste-se à difusão do folhetim. Os jornais publicavam também charges diárias, os escândalos sensacionais, os palpites do jogo do bicho, as notícias dos cordões e blocos carnavalescos, entre uma gama variável de assuntos, com a preocupação maior de atingir um universo significativo, vasto e heterogêneo de leitores.

A lenta e gradual mudança no processo de produção dos matutinos segue um caminho mais ou menos uniforme até o início dos anos 1920, quando o jornalismo ganhou nova configuração. Além do aparecimento de uma imprensa inteiramente sensacionalista, que fará do escândalo e dos dramas do cotidiano o destaque de seu conteúdo, surgem outros jornais estruturados em moldes empresariais e grupos de imprensa, que passam a dominar mais de um título. A instalação de novas agências noticiosas, desta vez norte-americanas, e a vinda das primeiras grandes agências de publicidade dão a senha para a entrada do jornalismo num novo tempo.

Se até os anos 1920 a transformação dos modos de comunicação tinha na tecnologia seu ponto inflexivo, a partir daí três cenários principais se estruturam: a constituição dos primeiros conglomerados de imprensa; a fundação da primeira revista ilustrada brasileira, *O Cruzeiro*, em 1928, e a explosão do que chamamos jornalismo de sensações.

COMUNICAÇÃO E PODER

Falar dos modos de comunicação é se referir também a uma dupla relação: comunicação e público e comunicação e poder. Sem o público, que lhe dá respaldo real e simbólico, os meios de comunicação não adquirem poder suficiente para se tornar “intermediários possíveis entre o poder e o público” ou para participar efetivamente do jogo de barganha do poder com que também construíram sua história no Brasil. Portanto, é fundamental se referir a esta relação num texto que pretende destacar momentos axiais de uma história do jornalismo no Brasil.

Capaz de “fazer e desfazer” presidentes no início do século, o *Jornal do Commercio* foi substituído na supremacia das relações explícitas com o poder nos anos 1930/1940 pelos *Diários Associados*. Nos anos 1950, Samuel Wainer, dono da *Ultima Hora*, jornal criado para apoiar a volta de Getúlio Vargas ao poder, em 1950, orgulhava-se de já “não ser um simples repórter”. De ser quase um conselheiro e, às vezes, um emissário do próprio Getúlio.

Revestindo-se da aura de porta-voz, os meios de comunicação (e/ou os jornalistas) passam a ter amplo capital simbólico, para além do poder real que adquirem. Fazendo parte do Estado, no sentido que Gramsci conferiu ao termo, como sociedade civil, é inegável essa aproximação dos meios de comunicação nas diferentes épocas com as instâncias do poder. Entretanto, essas relações não impedem que procurem atender às demandas do público. Sem o público não constroem o poder.

Assim, ao longo desses duzentos anos são pródigos os exemplos nos quais a imprensa exerceu uma função nitidamente política: seja através da sua atuação em momentos de crise, como na de 1954, que culminaria com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, ou no Golpe de 1964 e durante o período de ditadura militar, na qual passa a intervir diretamente na condução dos acontecimentos. Nesses momentos, os interesses políticos se sobrepõem aos empresariais nas escolhas estratégicas das empresas.

Finalizando esse texto que se constituiu numa espécie de caleidoscópio em torno de alguns processos históricos do jornalismo brasileiro, há que se fazer referência, ainda que brevemente, a dois aspectos fundamentais na construção de interpretações em torno da historicidade do jornalismo: a modernização dos jornais diários nos anos 1950 e as transformações da mídia impressa perante a emergência das tecnologias digitais de comunicação.

Todo o processo de modernização do jornalismo na década de 1950 sedimentou uma série de mudanças que já vinham sendo implementadas desde a primeira década do século e que encontram na conjuntura brasileira dos anos 1950 eco favorável ao discurso da neutralidade. Na década seguinte, as condições políticas – o Golpe de 1964 e a censura à imprensa – consolidariam de vez o processo de transformação do jornalismo carioca.

Procurava-se, neste momento, construir a autonomização do campo jornalístico em relação ao literário, fundamental para a legitimidade da própria profissão. Assim, as reformas dos jornais da década de 1950 devem ser lidas como o momento de construção pelos próprios profissionais do marco fundador de um jornalismo que se fazia moderno e permeado por uma neutralidade fundamental para espelhar o mundo. A mítica da objetividade – imposta pelos padrões redacionais e editoriais – é fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor.

Como enfatiza Ribeiro (2006), a modernização gráfica, editorial, linguística e empresarial dos jornais diários, inicialmente do Rio de Janeiro, mas que fizeram eco nas décadas seguintes em periódicos de várias capitais do Brasil, representa para a imprensa a instauração de um lugar institucional

que lhe permite, a partir de então, enunciar as verdades dos acontecimentos e se constituir como registro factual por excelência.

Mas analisar as transformações por que passa a imprensa dos anos 1950 é também visualizar o discurso memorável dos que se autodenominam agentes dessas mudanças, forjando-se como instauradores privilegiados desse processo e construindo, também pela via discursiva, a modernização duradoura dessa imprensa.

Com esta afirmação não estamos dizendo que não houve transformações nesses periódicos⁷, mas que é preciso considerar também o discurso dos jornalistas, identificando esse momento como singular para a profissão e para sua transformação rumo a uma modernidade duradoura. Os anos 1950, longe de representarem ruptura, são o período de consolidação das transformações por que vem lentamente passando a imprensa desde o início do século XX. A reforma do jornalismo é um processo cumulativo que incorpora experiências desenvolvidas ao longo de décadas. Se houve inovações e rupturas, houve também permanências e continuidades.

Fechando o cenário do século XX, podemos caracterizar o jornalismo como envolto num verdadeiro caleidoscópio de mudanças: o avanço dos temas econômicos; a eclosão do chamado jornalismo investigativo; a radicalização do que alguns autores chamam “jornalismo cidadão”; a especialização da imprensa; a criação de um estilo redacional entrecortado, no qual colunas de pequenas notas proliferam; e a utilização incondicional das novas tecnologias de informática.

A eclosão de um mundo digital mudou radicalmente a forma de fazer jornal. A transmissão eletrônica de textos transformou não apenas o universo das redações, mas o mundo do público e de suas leituras. Houve, como mostra Chartier, modificação na noção de contexto, ao substituir a contiguidade física entre os textos presentes num mesmo objeto (um livro, uma revista, um jornal) por sua distribuição nas novas arquiteturas dos bancos de dados, dos arquivos eletrônicos e dos sistemas de processamento que tornam possível o acesso à informação (1999, p. 27).

Essa outra relação com os textos obriga, para Chartier, a uma profunda reorganização da “economia da escrita”. A produção, a transmissão e a leitura de um mesmo texto passam a ser simultâneas e “a apresentação eletrônica dos textos anula as antigas distinções entre papéis intelectuais e funções sociais” (1999, p. 27).

A imersão na vida cotidiana das tecnologias de comunicação muda a relação do público com os veículos impressos. Os leitores agora podem, no

⁷ Sobre essas transformações, cf. Ribeiro (2006).

meio digital, submeter o texto a uma série de operações (decompondo-o e recompondo-o, por exemplo), tornando-se espécies de coautores de múltiplas produções. Mas há que se considerar também que mídias anteriores sempre perduram numa nova mídia.

A explosão das novas mídias conduziu, também, à discussão recorrente sobre o cenário jornalístico no País. O futuro da profissão e do profissional diante do jornalismo on-line é objeto de múltiplas reflexões de professores, profissionais e pesquisadores. Para onde vai o jornalismo? Essa parece ter sido a pergunta mais recorrente no final do século XX.

Entretanto, como nesse texto nosso objetivo foi descortinar brevemente processos e percursos do mundo do jornalismo dos séculos XIX e XX, em flashes interpretativos de momentos que consideramos passíveis do ato memorável do pesquisador, preferimos deixar aos pesquisadores que se debruçam sobre o tempo que denominamos presente as referências a esse momento de singular transformação.

Ainda que não vejamos o passado como possuidor de uma explicação incluída nele mesmo, ainda que não seja nosso objetivo imputar ao passado lições que sirvam para o presente, podemos perceber nesse longo percurso uma ação duradoura dos jornais no sentido de tornar públicos sentidos de tempo e estabelecer contatos de múltiplas ordens com um público sempre fundamental na construção da própria historicidade do jornalismo no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil – 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- _____. História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia (Org.). Leitura, história e história da leitura. Campinas/São Paulo: Mercado das Letras/Associação da Leitura no Brasil/Fapesp, 1999.
- LIMA, Ivana Stolze. Cabra gente brasileira do gentio da Guiné: imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro (1831-1833). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Paperj, 2006.
- _____. Pasquins e cidadania no processo regencial. In: LUSTOSA, Isabel. Imprensa, história e literatura. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.
- LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana G. M. de. Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.
- SILVA, M. B. N da. A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil. São Paulo: Cultrix, 1978. (2. ed. Salvador: UFBA, 2005).